

Violência estrutural e AIDS na comunidade travesti brasileira

Wiliam Siqueira Peres¹

Faculdade de Ciências e Letras de Assis - UNESP

Resumo: O presente ensaio propõe a realização de uma cartografia sobre as reais condições de vida e organização política e social da comunidade travesti brasileira, tomando como analisadores a violência estrutural e as vulnerabilidades individuais e sociais que a expõem a estigmas e a discriminações. Bem como a riscos de infecção e reinfecção ao HIV/AIDS. Nossas análises tomam como referência as observações realizadas a partir de Oficinas de prevenção e cidadania que temos coordenado em diversos lugares do Brasil, tais como, oficinas semanais realizadas nos últimos anos em Londrina-PR, assim como oficinas oferecidas nos últimos três ENTLAIDS-Encontros Nacionais de Travestis e Liberados que trabalham com AIDS, ocorridos em Fortaleza - CE (1999), Cabo Frio - RJ (2000) e Curitiba - PR (2002). De forma geral, podemos perceber uma ausência de políticas públicas que contemplem essa população, além dos estigmas e discriminações vividos pelas travestis no território nacional, evidenciando preconceitos e desinformações que impedem a sua real inserção social.

Palavras-chave: Travestis; HIV/AIDS; Violência Estrutural; Vulnerabilidade.

A história do Brasil nesses seus mais de 500 anos, desde o descobrimento, marca a trajetória de um povo constituído sob as mais diversas expressões culturais, as quais, por sua vez, enriqueceram de valores e sentidos múltiplos a composição das relações sociais, econômicas e políticas do país. Outrossim, trouxeram também as mais variadas formas de se relacionar e de lidar com manifestações singulares das pessoas, que nem sempre se adequam a modelos engendrados por essas mesmas culturas, caracterizando diversas formas de preconceitos, discriminações e opressões.

Estudos realizados por Michael Foucault (1985; 1987) sobre instituições, nos mostram como foram tratadas as manifestações da diferença a partir da idade clássica, e de como os grupos detentores do poder foram se apropriando de discursos que definiam os padrões de normalidade, classificando os comportamentos entre esperados e desviantes. Em sua análise crítica, Foucault (1985) esclarece a respeito de dispositivos de saber-poder que estabeleceram normas e padrões classificatórios a respeito de comportamentos e atitudes “autorizadas” na composição das relações sociais, econômicas e culturais dos povos.

¹ Professor do Depto. de Psicologia Clínica da FCL-UNESP/Assis-SP e Doutor em Saúde Coletiva no IMS/UERJ.

Em um texto escrito um pouco antes de sua morte, Foucault (1986) define as preocupações dos estudos realizados até então, não investigando apenas as formas de poder, mas de como as pessoas se sujeitam às ordens dadas por grupos dominantes.

Formas de sujeição podem ser evidenciadas no país, logo no início do seu descobrimento, na captura da cultura indígena pela imposição de valores cristãos do mundo dos colonizadores, massacrando centenas de pessoas que resistiam às máximas impostas.

Em um outro momento, veremos a chegada dos negros no Brasil, trazidos nos navios negreiros como pessoas (naquela época os negros não eram considerados “pessoas”, pois se acreditava que não tinham almas) desprovidas de qualquer direito, mesmo porque eram trazidos para serem escravos dos homens brancos colonizadores.

No Brasil colônia, que explorava índios e negros, tínhamos a constituição de um espaço social funcionando como verdadeiro reservatório de despejo de pessoas não muito bem aceitas em seus lugares de origem, tais como criminosos julgados culpados e/ou pessoas tidas como indesejáveis por apresentarem comportamentos destoantes do esperado, como uma forma de assepsia social e expurgo das maledicências. Também sabemos da perseguição e punição dada às pessoas que manifestavam qualquer expressão de sua homossexualidade, definida na época colonial como sodomia.

Essas situações forneceram estigmas e discriminações que foram sendo “naturalizadas” pela ordem oficial ao longo dos tempos, de modo a enfraquecer a auto-estima das pessoas marginalizadas, fazendo com que as mesmas introjetassem imposições modelares, como sendo verdadeiras, e subjugando-se como impotentes e desprovidas de direitos. Trata-se de uma outra história do Brasil que evidencia a evolução do preconceito e da discriminação dos excluídos. Um país de mais de quinhentos anos e milhões de preconceitos.

Vemos o surgimento de uma cultura de submissão ao invés de uma cultura de resistência, transformando as pessoas e suas relações com o mundo em meras espectadoras da história. Nesse contexto, perde-se a oportunidade de ser sujeito da história.

Com o passar dos tempos, algumas revogações dessas máximas podem ser vistas, tais como uma flexibilização na relação com os índios (que possui conflitos graves na busca de sua emancipação até hoje, seja na manutenção de sua cultura, seja na demarcação dos territórios indígenas), a abolição da escravatura (que para muitos ainda continua no papel), as conquistas feministas relacionadas à igualdade de direitos com os homens – o direito ao voto –, direitos sexuais e reprodutivos, que teve seu avanço principalmente após a criação do método anticoncepcional, com o surgimento da “pílula” (que para muitos ainda deixa a desejar).

Ao longo da história do Brasil, percebemos a expressão de muitas manifestações de repressão às diferenças, tanto por parte de leis conservadoras que sustentam a opressão das pessoas, mediante contratos burgueses e instituições reguladoras, como por parte de seguimentos da população que, amparados pelas máximas ofertadas pelos códigos formais de verdade, de normatização, se sentem no direito de agredir, desvalorizar e desprezar as pessoas que se mostram diferentes de si. Temos a emergência do que Goffman (1988) e outros denominaram de “estigma”, entendendo-o como “um atributo que é profundamente depreciativo”, uma marca negativa que destrói a dignidade humana.

Apesar de existir uma tendência em considerar o estigma como um atributo individual, concordamos com Aggleton e Parker (2001), de que é preciso ir além dessas considerações, e

tratarmos de tais relações sob os conceitos de estigmatização e discriminação, enquanto processos que só podem ser entendidos em relação às noções mais amplas de poder e dominação. Sob o ponto de vista desses autores,

o estigma desempenha um papel central na produção e na reprodução das relações de poder e de controle em todos os sistemas sociais. Em última análise, portanto, estamos falando de **desigualdade social**. Para confrontar e entender corretamente as questões da estigmatização e da discriminação, seja em relação ao HIV e à AIDS ou a qualquer outra questão, é necessário, portanto, que pensemos de maneira mais ampla sobre como alguns indivíduos e grupos vieram a se tornar socialmente excluídos, e sobre as forças que criam e reforçam a exclusão em diferentes ambientes. (Aggleton & Parker, 2001, p. 11-12).

Nessa mesma direção, a UNAIDS tem se pronunciado por meio de relatório preparado por Aggleton, a partir de algumas considerações a respeito do conceito de estigma, estigmatização e discriminação, alertando que

em grande parte do mundo em desenvolvimento, por exemplo, as ligações e alegações ligadas à família, à vizinhança e à comunidade explicitam que o estigma e a discriminação, onde e quando aparecem, são fenômenos sociais e culturais ligados às ações de grupos inteiros de pessoas, e não consequência de comportamentos individuais. (Unaid, 2000 apud Aggleton & Parker, 2001, p. 12).

Embora muitos estudos sobre o estigma tenham sido realizados, a partir das pesquisas de Goffman, na relação com intervenções em HIV e AIDS, pouca aplicabilidade desse conceito tem sido feita. Acredita-se, como destacam Aggleton e Parker (2001), que a aplicabilidade do conceito pode ser muito útil para avançar e compreender mais claramente a relação intrínseca entre pobreza e AIDS.

Com relação à sexualidade, ou direitos sexuais, percebemos todo um moralismo e conservadorismo estabelecido pelas instituições religiosas, que fazem uso do dispositivo de pecado e culpabilização, como formas de capturar qualquer prática que venha na contramão da procriação. A questão do prazer sempre foi tomada como algo a ser controlado, e, de maneira mais incisiva, a ser evitado.

A expressão de qualquer manifestação da sexualidade que saia do padrão procriativo, seja por mulheres reivindicadoras de seus direitos ao prazer, seja por homens que apresentam tendências a outras formas de amar, como a homossexualidade, foi sendo demarcada como crime, pecado ou desvio (Costa, 1992; Foucault, 1985; Weeks, 1998).

Acreditamos que as questões voltadas para a sexualidade, por exemplo, dos direitos ao prazer, à escolha de parceiros, às formas de práticas, etc., precisam urgentemente ser inseridas junto às discussões e agendas de políticas e ações específicas, de modo a serem contempladas como direitos humanos.

Neste ensaio realizaremos uma cartografia a respeito das expressões homossexuais e sua relação com os ditames da verdade estabelecida como absoluta, e, a partir do advento da AIDS, como algumas expressões sexuais puderam ganhar uma maior visibilidade na luta pelos direitos humanos e construção da cidadania.

A expressão da homossexualidade

Desde o nascimento, as pessoas que vivem no mundo ocidental, são conduzidas para uma trajetória existencial que toma como parâmetro determinações do patriarcalismo e da heterossexualidade, máximas que foram sendo naturalizadas como padrão de normalidade a ser respeitado e perpetuado.

Ao nascer, tanto meninas quanto meninos são atravessados pelos mesmos valores e sentidos que subjetivam seus modos de estar no mundo, dentro dos padrões chamados de normalidade, direcionando-os para a reprodução em série de pessoas, como se fossem robôs prontos para reproduzir modelos estabelecidos pelo patriarcalismo e pelo heterossexismo. Essas imposições são tão intensas e absolutas que chegam a levar as pessoas que não se adequam aos modelos dados a acharem que estão mesmo erradas e, por isso, são merecedoras de castigos. Isso tem uma influência muito grande na diminuição da auto-estima dessas pessoas, que se curvam e referenciam os ditames da verdade, anulando-se enquanto singularidades, e sofrendo por se sentirem acuadas e solitárias.

Com o surgimento de movimentos voltados para a revisão de máximas absolutistas – o patriarcalismo e o heterossexismo –, de reivindicação e luta por direitos (Castells, 1999), percebe-se todo um engajamento de pessoas que, questionando a homossexualidade enquanto desvio, crime ou pecado, desenvolvem uma nova agenda de pesquisas, revendo as definições e ampliando as visões até então existentes, entendendo-a, a partir daí, como modo de expressão singular de realização pessoal, garantindo às pessoas uma homossociabilidade que vai ganhando visibilidade e se organizando para reivindicar direitos e respeito à sua condição de ser humano e cidadão.

Mas, mesmo diante de algumas vitórias conseguidas, exemplificadas pela retirada da homossexualidade como doença do Código Internacional de Doenças, ou pelas diversas leis antidiscriminatórias que vêm sendo aprovadas em diferentes estados e cidades do país, ainda assim, temos que conviver com altos índices de homofobia, estigma e discriminação.

Ainda vemos e ouvimos diversas manifestações em que pessoas homoeróticas são atingidas, ainda no seio familiar, pela negação, discriminação, opressão e violência, culminando muitas vezes na expulsão das suas próprias casas.

Como se não bastasse a exclusão familiar, essas pessoas, muitas vezes, ao serem estigmatizadas e discriminadas também no espaço escolar, têm suas oportunidades acadêmicas impossibilitadas pela violência física e verbal, na maioria das vezes chegando a abandonar os bancos escolares.

Assim, vamos cartografando uma série de exclusões que se configuram no plano social/cultural, familiar e escolar.

Sem apoio familiar, estigmatizados pela sociedade e excluídos do sistema educacional, tornam-se cada vez mais difíceis as oportunidades de trabalho, ficando à mercê da ajuda de algumas poucas instituições (ONOs), e de amigos solidários, que na maioria das vezes também apresentam uma conformação homoerótica, já tendo experimentado ou estando experimentando os dissabores da exclusão.

Até aqui, estamos falando de gays que experimentam expressar sua homossexualidade, porém, temos ainda outras formas de expressão da sexualidade que talvez sejam mais excluídas do que os próprios gays: as travestis.

Como expusemos anteriormente, as exclusões e as formas de opressão experimentadas pela população homossexual, e em especial as travestis, desfavorecem qualquer possibilidade de oportunidades à população gay, dentro da configuração social em que vivemos, colocando essa população exposta a uma maior vulnerabilidade e riscos diante do HIV e da AIDS, tanto no plano individual (pelas razões já expostas) como no plano social, que estigmatiza, discrimina e violenta os direitos humanos, assim como o direito fundamental à singularidade, condição básica para que a pessoa possa sentir um mínimo de dignidade enquanto ser humano.

Marcadas pelas diversas formas de discriminação e opressão vividas pelas travestis, sem família, sem escola e sem emprego, a maioria dessas pessoas são obrigadas a buscar na prostituição a sua forma de subsistência, como uma imposição social que as levam a viver as mais diversas formas de violência contra profissionais do sexo, seja na relação com a sociedade e com a polícia, seja com os clientes, com a cafetinagem e colegas de trabalho.

A idéia inicial para fomentar uma discussão a respeito da violência vivida pelos profissionais do sexo, leva-nos a pensar, inicialmente, nos diversos contextos socioeconômicos e culturais, nos quais os atores envolvidos com essas práticas estão inseridos, assim como as relações de poder que são estabelecidas e que definem as práticas de exclusão e opressão social, econômica, racial, cultural, sexual e de gênero.

Eis uma questão da contemporaneidade que se evidencia em todos os lugares, das mais variadas formas e intensidades. Algumas vezes, de forma sutil, invisível e transparente, em outras, ela se expressa nas formas mais violentas e sanguinárias, provindas de golpes de crueldade. Este é o caso da violência sofrida pelas profissionais do sexo, ou, de forma mais realista, das violências, porque o que presenciamos não é a expressão de uma forma de violência de cada vez, mas diversas formas de violências todas juntas, com especificidades e intensidades diferentes.

Em nossas experiências com Travestis de diversas partes do Brasil, temos tido a oportunidade de ouvir relatos bastante diversificados das formas regionais, dos modos de vida com suas comunidades, assim como os diferentes modos de estigmatização, discriminação e violência, em que, dependendo da região, são acentuadas as agressões vividas com os próprios clientes, com os policiais, com a comunidade e/ou com suas próprias companheiras.

Porém, gostaríamos de deixar pontuado que Travesti não é sinônimo de prostituição, ou seja, embora a formação do estigma social sobre as travestis tenha produzido uma tendência, no imaginário das pessoas, de associarem travestis com a prostituição, a violência e a periculosidade, a cada dia temos nos deparado com travestis que exercem as mais diversas ocupações. É possível encontrar travestis trabalhando nos serviços públicos, nos salões de beleza e de alta costura, na prestação de serviços domésticos e, também, embora em número reduzido, com formação universitária, como é o caso de Travestis que são advogados e psicólogos, além do caso de uma vereadora, em seu terceiro mandato, em pleno sertão do Piauí.

Mas, se não devemos associar as travestis com a prostituição, porque encontramos tantas e tantas batalhando, nas ruas e praças das cidades?

Como vimos pontuando anteriormente, muitos homossexuais, mesmo antes de se decidirem pela travestilidade, ao expressar sua homossexualidade dentro de suas famílias, são discriminados e perseguidos por meio de cobranças, controles e agressões físicas e verbais que denigrem a sua auto-estima e sua capacidade de ação, perdendo a crença em si mesmos e acreditando nas acusações, classificações e penalizações que lhes são impostas. Ao expressar a sua tendência à travestilidade, essa discriminação não só aumenta como também acaba terminando na sua expulsão de casa, sem orientação nenhuma e sem qualquer referência de apoio ao seu sofrimento e angústia.

Paralelamente a essa exclusão familiar, em seu entorno já se configuram outras ondas de exclusão, que vão se conjugando, tais como a exclusão escolar, a exclusão social, a exclusão econômica, a exclusão sexual, a exclusão cultural, a exclusão religiosa, a exclusão racial. Ou seja, uma total exclusão de direitos, que não só denigre como impossibilita a essas pessoas o direito fundamental de construir a sua cidadania. Nesse sentido, vai se configurando aquilo que poderíamos chamar de “rede de exclusão”.

A experiência da exclusão nunca se manifesta de forma isolada, de modo que a pessoa, ao ser excluída socialmente, já está sendo excluída economicamente, culturalmente, demarcando assim, cada vez mais, a desigualdade e iniquidade de direitos.

Ao serem inseridas nessa rede de exclusão, um novo movimento se delineia, denominado por Manuel Castells (1999) de “inclusão perversa”, que estabelece uma relação direta entre desigualdade e pobreza, com extrema exploração, e, que, na maioria das vezes, caminha para um estado de miséria absoluta.

Cada uma dessas experiências de exclusão vividas segue configurando ações de violências que esfolam os corpos e as almas humanas.

A violência a que essas pessoas são expostas, gerada pelas forças sociais de origem patriarcal e heterossexistas, com seus operadores morais, cientificistas e legalistas, produz diversas e intensas formas de opressão, evidenciando a desigualdade social, sexual e de gênero de forma cada vez mais nítida.

Esta contextualização, embora fragmentada e simplista, busca clarificar nossa compreensão a respeito da sexualidade e suas práticas, sempre entendidas como uma construção histórica e social, tais como alguns autores já pontuaram (Foucault, 1985; Parker, 2000; Weeks, 1999).

Assim, tomando por referência o momento histórico e social no qual as relações com seus significados e valores são produzidos, percebemos certa mudança nos níveis de tolerância e inclusão social que varia de país para país, de estado para estado, de cidade para cidade, de bairro para bairro, enfim, de cultura para cultura.

Pensamos que, pelo fato de ter sido dada uma conotação negativa, excludente e discriminatória para as práticas de prostituição, a própria inserção da travesti no mundo da prostituição já é uma experiência de violência. Uma violência que irá destituí-la juntamente com seus direitos sociais e culturais de cidadã, de circular pelos espaços públicos, levando-a muitas vezes a acreditar nisso e se refugiar durante o dia para só se exporem na noite. No Rio de Janeiro, por exemplo, existem muitas travestis que durante anos de suas vidas, apenas circularam por dois lugares: o morro e a pista. Ao virem morar em repúblicas e pensões no centro da cidade, revelam dificuldades de sair de casa durante o dia, saindo apenas para a batalha na noite. Trata-se de um fenômeno que Herbert Daniel (1989) denominou “morte civil”. As pessoas se encontram

implícitas nas relações, mas com pouca ou nula participação nas tomadas de decisões e reivindicações de direitos.

No mundo da batalha, a nova travesti será inserida em uma rede de exploração e violência que se expressa em diferentes pontos. Na relação com a dona do ponto de batalha ou da pensão, que a recebe para morar, e que abusa de extorsões financeiras e sexuais. Na relação com as colegas de batalha, dada a concorrência e disputa pelos clientes, que provocam brigas e agressões verbais e físicas. Na relação com os clientes, que muitas vezes se negam a pagar o preço combinado, explorando e querendo levar vantagens sobre essas pessoas estigmatizadas. Na relação com a polícia, que as violenta, extorpe dinheiro e serviços sexuais, obrigando-as a se adaptarem a uma rede de corrupção e marginalidade.

No Rio de Janeiro, especificamente, dada a movimentação do tráfico de drogas, há muitas travestis que além de se prostituírem, servem de “avião” para traficantes, quer para satisfazer necessidades de clientes, ou para sustentar o seu próprio vício. Todas essas formas de violência e opressão social, econômica, sexual e cultural, revelam índices fortes de desigualdade e iniquidade social, que marcam aumentos de vulnerabilidades e riscos frente ao HIV e AIDS. Tais situações vêm sendo vividas pelas profissionais do sexo e por outros grupos oprimidos, e são pesquisadas e analisadas a partir de um operador denominado “violência estrutural” (Aggleton & Parker, 2001; Bastos & Szwarcwald, 2000; Farmer, 1999).

Parker (2000) tem alertado para aquilo que denomina “violência estrutural”, como uma ferramenta importante para o entendimento do alastramento da epidemia. E aponta cinco fatores aglutinadores dessa violência estrutural, a saber: 1- Divisão e desigualdade sociais; 2- Opressão sexual e discriminação de HSH/profissionais do sexo; 3- Marginalização e criminalização de UDIs; 4- Relações de poder e gênero sobre as mulheres; e 5- Injustiça econômica sobre os pobres.

O enfoque da violência estrutural permite a possibilidade de um mapeamento ou de uma cartografia dos modos de subjetivação que constituem a figura do profissional do sexo em nossa sociedade – as formas de socialização entre seus pares, com as pessoas no seu entorno e consigo mesmas – de modo a problematizar as formas mais emergentes de discriminação, opressão e violência aos quais o mesmo é exposto, e que, por sua vez, os coloca mais intensamente à disposição de riscos de infecção das DSTs / HIV / AIDS. Essa clarificação, por outro lado, nos permitirá avaliar a respeito dos níveis de vulnerabilidades individuais e sociais, que favorecem ou facilitam a exposição dessas pessoas à infecção do vírus HIV e à AIDS.

Pesquisas recentes realizadas por Parker (2000), Mann (1993), Aggleton & Parker (2001), Farmer (1999), Bastos & Szwarcwald (2000) e outros, têm confirmado cada vez mais o quanto às vulnerabilidades aumentam junto aos segmentos mais empobrecidos da população.

Visando à clarificação do assunto, trazemos um recorte da entrevista que o Dr. Otávio Cruz Neto concedeu ao Boletim da ABIA de jan./março 2000, no qual afirma que

a pobreza é o indicador mais sensível da concentração de renda no Brasil, e, diante disso, a principal forma de violência passa a ser a "violência estrutural", perpetrada pelo próprio Estado constituído, gerando a opressão de pessoas e grupos, negando-lhes bens e oportunidades necessárias, tornando-os mais vulneráveis às mazelas sociais, ao sofrimento e à morte. A relação entre violência, pobreza e vulnerabilidade não pode ser vista meramente no sentido de causa efeito, ou por mera associação. É preciso estar mais atento, pois o lócus da violência

estrutural é exatamente uma sociedade de democracia aparente, que apesar de conjugar participação e institucionalização, advogando a liberdade e igualdade dos cidadãos, não garante a todos o pleno acesso a seus direitos. Infelizmente seu aspecto mais cruel é o de ser responsável pela instituição de um processo seletivo que tem o poder de decidir quais os cidadãos que desfrutarão do bem estar social e os que se incorporarão à grande massa de excluídos. (Cruz Neto, 2000, p. 6-7).

Essa exclusão tecerá, a partir de então, uma rede de exclusão, sobre a qual gostaríamos de refletir, tomando-a sempre como fator predisponente de vulnerabilidades e riscos frente à epidemia de AIDS.

A violência se inicia com a expulsão da família, que, por sua vez, se expande pela vizinhança, que faz chacota e humilhação, seguindo pelos espaços escolares que discriminam, ridicularizam e expulsam essas pessoas, inibindo toda uma rede de sociabilização comum entre os cidadãos, que, por se enviasar pelos espaços públicos, quando com alguma sorte, é abrigado por amigos ou instituições de apoio a marginalizados.

Com a dificuldade para poder participar da formação escolar, ou profissionalizante, essas pessoas acabam sendo encaminhadas – por pessoas próximas que vivem experiências em comum – para o mundo da prostituição, o mundo da rua e para aquilo que ela tem de mais negativo: a violência, a discriminação, o preconceito, o crime, as drogas, o tráfico.

A composição existencial na vida dessas pessoas, em rede de exclusão, favorece a efetivação do que já denominamos "violência estrutural", e coloca as pessoas mais intensamente disponibilizadas aos riscos e vulnerabilidades do HIV/AIDS, de forma muito perversa.

Pesquisas realizadas por Paul Farmer (1992) em outras localidades, tais como Haiti e Peru, mostram o quanto às políticas internacionais e mesmo intergovernamentais favorecem a desintegração de estruturas econômicas, aumentando, assim os níveis de desigualdades sociais, econômicas e culturais, desta forma, propiciando o aumento da vulnerabilidade da epidemia da AIDS nos países em desenvolvimento.

Trabalhos realizados por Parker em parceria com Angleton (2001), e com Camargo Jr. (2000), tanto quanto os ensinamentos que tivemos com Mann (1993), demonstram essas evidências, da associação entre pobreza e AIDS assim como do desenvolvimento de estigmas que levam essa população empobrecida e miserável a perder as referências de cidadania, o que, por sua vez, aumenta a exposição ao vírus HIV, do mesmo modo que a destruição de seus direitos enquanto cidadãos.

No caso das travestis brasileiras, e de outros países da América Latina, como apontam as pesquisas de Fernandez (2000) na Argentina, e Osimani (2001) no Uruguai, cada vez mais percebemos a ausência de políticas voltadas para essas populações, deixando-as à mercê de todo tipo de infortúnio e desigualdade, estando cada vez mais oprimidas, o que aumenta a sua vulnerabilidade e risco frente ao HIV/AIDS.

No caso do Brasil, as travestis portadoras do vírus HIV e doentes de AIDS, graças às lutas travadas pela parceria do PN - DSTs/AIDS do Ministério da Saúde e das ONGS, no enfrentamento e discussão com os laboratórios e as leis de patentes, tem havido algumas vitórias que permitem uma pequena melhoria na qualidade de vida dessas pessoas. Mas, como bem pontua Parker (2002), não podemos ficar muito entusiasmados, pois essa pequena vitória é apenas um degrau na escalada da luta contra a epidemia da AIDS.

Essas melhorias na qualidade de vida das pessoas com AIDS, como, por exemplo, o acesso a exames e medicação, têm sido uma prática quase que exclusiva do Brasil. No Fórum AIDS-2000, ocorrido em novembro do ano 2000, na cidade do Rio de Janeiro, assim como, nas listas de discussão pela internet (que divulgou denúncias feitas por uma travesti argentina, de que em seu país as profissionais do sexo não tinham acesso à assistência médica e muito menos aos medicamentos). Embora essa seja uma denúncia da Argentina, sabemos que muitos países da América Latina apresentam muita dificuldade em implantar projetos efetivos de acesso coletivo à população.

Precisamos, urgentemente, da criação de um Fórum específico para discussão de políticas e ações voltadas para a população travesti, considerando as especificidades de sua existência, conforme a cartografia que apresentamos ao longo deste ensaio, das dificuldades em se incluir essas pessoas nas agendas de prioridades das ações governamentais, de forma a diminuir a incidência de infecção das DSTs/HIV/AIDS e permitir a essas pessoas o resgate de sua dignidade, mesmo porque a dignidade é um dos princípios norteadores fundamentais dos Direitos Humanos.

A necessidade urgente dessas políticas nos leva a pensar a respeito da contemporaneidade, dessa passagem do capitalismo industrial para o capitalismo informacional, conforme aprendemos com Castells (1999), que não apresenta interesses relacionados às comunidades empobrecidas, por serem consideradas irrelevantes às expectativas do capitalismo informacional.

Considerando os níveis de exclusão social, econômica e cultural, na qual as travestis estão inseridas, e considerando que as mesmas, em sua maioria, se encontram em profunda relação com os bolsões de pobreza e miserabilidade, podemos perceber que a luta pela defesa dos seus direitos está apenas começando. Tais lutas podem ser evidenciadas por meio de diversos projetos, desenvolvidos em parceria com a CN-DST/AIDS do Ministério da Saúde, e vários grupos organizados de travestis, como é o caso de Fortaleza/Ce, Curitiba/Pr, Londrina/Pr, Porto Alegre/RS e Rio de Janeiro/RJ, visando ao resgate da auto-estima das travestis e possíveis profissionalizações.

Um outro agravante, diz respeito à rotatividade dessas pessoas que vagam de cidade em cidade, na esperança de conseguir melhoras na sua condição social e econômica, e também como estratégia de segurança. Conforme as travestis vão sendo muito vistas por clientes marginais frequentes e pelos próprios policiais, vão ganhando outros estigmas que fazem com que elas fiquem mais expostas a violências e perseguições. Esta alta rotatividade impede, por exemplo, que ações efetivas e contínuas possam ser empreendidas. No caso da prevenção das DSTs/HIV/AIDS, assim como das oficinas que visam ao resgate da auto-estima e da dignidade humana das travestis, temos percebido a necessidade de programas continuados da prevenção que têm a função de lembrar o tempo todo a respeito dos cuidados a serem tomados.

Marcados pela condição socioeconômica desfavorecida, muitas vezes, a oferta de altos valores monetários por parte de clientes, fazem com que muitas das profissionais do sexo se exponham a riscos e vulnerabilidades ao HIV/AIDS, em decorrência de possibilidades de melhores ganhos.

Desta forma, a negociação de preservativo com clientes fica muito comprometida, evidenciando que os programas e ações de prevenção realizados não têm atingido esse tipo de população, solicitando urgentemente a abertura de Fórum específico para discussão e revisão das ações, as quais defendemos em nossas discussões com agentes de governo e ONGs.

Nessa perspectiva, as pesquisas realizadas por Parker & Camargo Jr. (2000) têm feito menção às questões da rotatividade que ocorrem com profissionais do sexo feminino, e, que, sob nossa compreensão, se ajustam perfeitamente à realidade das profissionais do sexo travestis. Nesse mesmo artigo, os autores mencionam as dificuldades de estratégias de negociação do preservativo com clientes, com profissionais do sexo feminino, questões que temos encontrando na relação com as práticas preventivas realizadas com essa população.

A efetivação de uma vida humana justa e digna, que respeite a diversidade, e particularmente as travestis, é condição *sine qua non* para a construção da cidadania plena, justa, digna e solidária.

As condições nas quais os profissionais do sexo vivem hoje é uma tessitura muito ínfima frente ao cenário cosmopolita e fascista que se impõe a todo instante nos modos de sociabilização e cristalização de modelos previamente estabelecidos.

As formas de prostituição, de atendimento sexual, poderiam ser muito interessantes se partissem do livre arbítrio das pessoas em decidirem livremente por serem profissionais do sexo, e não de forma impositiva como vem sendo feita pela sociedade. Mas, infelizmente, o que percebemos em nossa realidade social é a tomada da prostituição de forma negativa, estigmatizando e marginalizando todas as pessoas que exercerem essas atividades.

Peres, W. S. (2004). Structural Violence and AIDS in the Brazilian Transgender Community. *Revista de Psicologia da UNESP*, 3(1), 21-31.

Abstract: *This study aims at mapping the real survival conditions and the social and political organization of the Brazilian transgender community, taking as analyzers the structural violence and the individual and social vulnerabilities, which expose this community to stigmas and discriminations, as well as exposure to infection and re-infection by the HIV/AIDS virus. Our analyses take as reference the observations from prevention and citizenship Workshops we have coordinated all over Brazil, such as the weekly workshops we have been running for the past few years in Londrina, in the State of Paraná, as well as the workshops carried out during the last three ENTLAIDS – Encontros Nacionais de Travestis e Liberados que trabalham com AIDS (National Transgender Meeting) - in Fortaleza, State of Ceará (1999), in Cabo Frio, State of Rio de Janeiro (2000), and in Curitiba, State of Paraná (2002). In general, we can see the absence of public politics concerning this population, apart from the stigmas and discriminations suffered by the transgender all over this country, which highlight the prejudices and misinformation that avoid their social fitting.*

Keywords: *Transgender; HIV/AIDS; Structural Violence; Vulnerability*

Referências Bibliográficas

- Aggleton, P., & Parker, R. (2001). *Estigma, Discriminação e AIDS* (Coleção Cidadania e Direitos n° 1). Rio de Janeiro: ABIA.
- Bastos, F. & Szwarcwald, C.L. (2000). AIDS e Pauperização: principais conceitos e evidências empíricas. In: *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 16 (Supl.1), 65-76.
- Parker, R. & Camargo Jr., K. (2000). Pobreza e HIV/AIDS: aspectos antropológicos e sociológicos. In: *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 16 (Supl.1), 89-102.
- Castells, M. (1999). *O Poder da Identidade*. São Paulo: Paz e Terra.
- Costa, J. F. (1992). *A inocência e o vício: estudos sobre o homoerotismo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- Cruz Neto, O.(2000). Um País de Desigualdades. Rio de Janeiro: Boletim da ABIA, Jan/Mar .
- Farmer, P. (1999). *Infections and Inequalities: The Modern Plagues*. Berkeley: University of California Press.
- Fernandez, J. (2000). *El travestismo: Ruptura de Las Identidades Sexuales. Reforzamiento de Los Procesos de Generización o Identidad Paradójica?* (Primera Versión Del Informe Final). Buenos Aires.
- Foucault, M. (1987). *Vigiar e Punir: história das violências nas prisões*. Petrópolis: Vozes.
- Foucault, M. (1985). *História da Sexualidade: à vontade de saber*. Rio de Janeiro, Ed. Graal.
- Foucault, M. (1986). Por qué investigo el poder? *Cuadernos de Marcha*, 14, 3-8.
- Foucault, M. (1982). *História da Loucura na idade clássica*.
- Goffman, I. (1988). *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Petrópolis, Ed. Guanabara.
- Daniel, H. (1989). *Vida antes da morte*. [Life before death]. Rio de Janeiro, ABIA.
- Mann, J. & Tarantolla, D.J.M. & Netter, T.W.(Orgs) (1993). *A AIDS no Mundo*. Rio de Janeiro: Relume- Dumará; ABIA: IMS/UERJ.
- Osimani, M.L. (org.) (2001). *Sida Y Drogas: investigación y dilemas em la construcción de la agenda pública*. Montevideo: Instituto IDES.
- Parker, R. (2000). *Na Contramão da AIDS: Sexualidade, Intervenção, Política*. Rio de Janeiro: ABIA. São Paulo: Editora 34.
- Parker, R. (2002). *Estado e Sociedade em Redes: Descentralização e Sustentabilidade das Ações de Prevenção das DSTs/ AIDS*. Texto provisório apresentado no Seminário "Solidariedade e Cidadania: princípios possíveis para as respostas ao HIV/AIDS? Porto Alegre: ABIA/GAPA-RS/UFRGS/Prefeitura Municipal de Porto Alegre".
- UNAIDS (2000). *HIV and AIDS - related stigmatization, discrimination and denial: forms, contexts and determinants Research studies from Uganda and India*. Genebra.